



**A EXPANSÃO DA
PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS
DESIGUALDADE
REGIONAL, COMPETÊNCIA
E MERCANTILIZAÇÃO NA
AMÉRICA LATINA**
PABLO GENTILI
FERNANDA SAFORCADA

Série Cadernos FLACSO

N2

www.flacso.org.br



Pablo Gentili

Argentino. Graduado em Ciências da Educação pela Universidade de Buenos Aires. Mestre em Ciências Sociais na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO - Programa Argentina). Doutor em Educação na Universidade de Buenos Aires. Entre 1986 e 1992, professor da Universidade de Buenos Aires (Sociologia da Educação). Entre 1985 e 1992, pesquisador da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO - Argentina). Entre 1992 e 1995, bolsista-pesquisador do Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD, Alemanha), com sede na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do CNPq. Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ).

Desde 2007, Secretário Executivo Adjunto do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Diretor da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), Sede Brasil.

Autor e organizador de mais de vinte livros, publicados em diversos países da América Latina e Europa.



Fernanda Saforcada

Argentina. Estudou Ciências da Educação na Universidade de Buenos Aires. Especialista em políticas educacionais e Mestre em Educação pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO, Argentina). Professora da Faculdade de Ciências Sociais e pesquisadora do Instituto de Pesquisas em Ciências da Educação da Universidade de Buenos Aires. Coordenadora da Rede CLACSO de Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Autora de diversos artigos e livros sobre políticas educacionais.

**A expansão da pós-graduação em ciências sociais.
Desigualdade regional, competência e
mercantilização na América Latina**

Pablo Gentili
Fernanda Saforcada



FLACSO
BRASIL

Série Cadernos FLACSO Número 2

FLACSO Brasil

Diretor: Pablo Gentili

Coordenador Acadêmico: Rodrigo Nóbile

Os Cadernos da FLACSO são publicados em versão eletrônica e gráfica, com tiragem de 1.000 exemplares para distribuição em instituições acadêmicas, no serviço diplomático e nos órgãos de imprensa.

Os textos publicados apresentam a opinião dos autores e não necessariamente sintetizam a posição da FLACSO Brasil sobre os temas em debate.

A expansão da pós-graduação em ciências sociais. Desigualdade regional, competência e mercantilização na América Latina

Pablo Gentili e Fernanda Saforcada

Outubro, 2010

ISBN 978-85-60379-02-6

(c) FLACSO Brasil,

Rio de Janeiro, 2010

FLACSO - Brasil

Rua São Francisco Xavier, 524 - Bloco F - 12º andar

Sala 12.111 - CEP: 20550-900 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Fone/Fax: (+55 21) 2234-1896 - 2334-0890

www.flacso.org.br

Índice

Apresentação	7
Pós-graduações e ciências sociais nos anos 1960 e 1970 na América Latina	9
As Pós-graduações latino-americanas em ciências sociais nas últimas décadas	12
1 - Financiamento e desigualdade	12
2 - Pós-Graduações, colonialismo e imposição	13
3 - Formação de pós-graduação e pesquisa	14
4 - Expansão e desigualdade	15
5 - Expansão, competição e mercantilização	18
Debates pendentes e desafios futuros	19
Referências	20

Apresentação

Nos últimos trinta anos, as pós-graduações latino-americanas em ciências sociais têm vivido uma expansão extraordinária. Sem dúvida, esta expansão se inscreve no significativo crescimento quantitativo que teve a educação superior nos países da região, ao longo da segunda metade do século XX, período em que tanto a quantidade de estudantes como o número de instituições multiplicou-se de maneira exponencial. As cifras são eloquentes. De acordo com um informe elaborado em 1996 pelo Centro Regional para Educação Superior na América Latina e o Caribe (CRESALC), o número de estudantes de instituições de educação superior (IES) multiplicou-se por 27 entre 1950 e 1994 e, nesse mesmo período, a região passou de aproximadamente 70 universidades a mais de 800, ou seja, um crescimento na ordem de 1140% (CRESALC/UNESCO, 1996).

Porém, esta expansão se desenvolveu no marco dos avanços e retrocessos das políticas universitárias na América Latina, uma região caracterizada pela instabilidade, que sofreu frequentes fraturas na sua institucionalidade democrática; regimes autoritários particularmente violentos para as instituições universitárias, seus estudantes e seus docentes; e políticas de educação superior de do sistema público e crescente privatização. Tanto pelas ditaduras na região, como pela hegemonia do programa neoliberal/neoconservador levado adiante a partir desse momento no contexto do Consenso de Washington. O Estado assumiu, na maior parte dos países que integram a região, um papel subsidiário a respeito de sua responsabilidade de garantir e promover o direito à educação, estimulando, direta ou indiretamente, a fragmentação dos sistemas educativos, e acompanhando desse modo os processos de polarização social, concentração da riqueza e aprofundamento das desigualdades que geraram as políticas implementadas pelos governos.

Este trabalho se propõe analisar e discutir as características assumidas pelos sistemas de pós-graduação, assim como certas tendências que se observam no marco do processo de expansão da oferta de pós-graduações no campo das ciências sociais na América Latina e o Caribe. Estas reflexões poderiam ser sintetizadas em três argumentos gerais:

O debate no campo das pós-graduações em ciências sociais na América Latina esteve, em boa medida, vinculado à necessidade de reagir frente ao que alguns dos intelectuais mais destacados da região identificaram como uma preocupante prática de colonialismo acadêmico, exercida pelos países do Norte sobre as instituições universitárias e os pesquisadores latino-americanos e caribenhos.

Esta aspiração política e acadêmica que cedeu espaço a projetos de articulação regional de grande alcance e projeção, foi interrompida pelas fraturas criadas na instituição democrática, que sofreram boa parte dos países da América Latina e o Caribe entre os anos 1960 e os 1980. Esta conjuntura gerou uma dinâmica de criação de pós-graduações altamente assíncrona e desigual na região. Dessa forma, no marco de um acelerado crescimento geral, a heterogeneidade da oferta, sua segmentação e diferenciação, têm sido as características deste campo nos últimos trinta anos.

Além das grandes variações regionais e nacionais, o desenvolvimento das pós-graduações tem seguido uma dinâmica marcada mais pelo crescimento, que por um planejamento articulador e solidário da oferta acadêmica, por interesses particulares das comunidades científicas locais, por estratégias de acumulação ou

expansão institucional pouco cooperativas e altamente competitivas entre elas. Consequentemente, pode se reconhecer a conformação de um mercado de instituições e programas de pós-graduação que atua de forma altamente fragmentada, guiado por interesses particulares. Esta situação, longe de ser limitada ou combatida pelos próprios Estados nacionais, tem sido estimulada por políticas de acreditação, avaliação e promoção, e pela competição por recursos que tendem a aprofundar a fragmentação e não as estratégias cooperativas e a integração institucional na formação superior das futuras gerações de pesquisadores.

Pós-graduações e ciências sociais nos anos 1960 e 1970 na América Latina

Nos anos 1960, as pós-graduações no âmbito das ciências sociais latino-americanas eram muito escassas e concentravam-se em poucos países. Na maior parte da região, não havia oferta alguma. Esse foi um dos motivos que impulsionou, na segunda metade dos anos 1960, a criação do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso) e, alguns anos antes, da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso). Alguns dos mais destacados intelectuais da região, com núcleo na Assembleia fundacional do Clacso em Bogotá, em 14 de outubro de 1967, reconheceram a importância de atuar de forma combinada no desenvolvimento de propostas inovadoras, que permitissem intervir no campo da formação superior dos pesquisadores sociais, por meio de um sistema de pós-graduações articulado e de alcance regional. Com essa finalidade, em 1969 cria-se uma Comissão especial e, já em 1971, conformam-se cinco grupos de trabalho integralizados por aproximadamente 50 cientistas sociais, para estudar a situação das pós-graduações em ciências sociais e formular alternativas viáveis neste campo. Estes grupos desenvolveram seus estudos durante três anos e elaboraram uma série de informes e reflexões.

Foi a partir desses informes que Jorge Graciarena produz um trabalho pioneiro e de fundamental importância para compreender a configuração das ciências sociais e de pós-graduações latino-americanas nos finais dos anos 1960 e início dos 1970. De forma eloquente, esse trabalho de Graciarena inicia dizendo:

Uma série de sintomas está indicando a necessidade, e também a urgência, de promover na América Latina estudos completos de pós-graduação até alcançar o nível de doutorado. Os argumentos em pró deste empreendimento são muito variados e oscilam entre extremos tais como as condições em que se processa a transferência tecnológica para a região e a necessidade de gerar um processo de descobrimento e inovação científica e tecnológica própria, por um lado, e a autonomia cultural e política de nossos países, por outro. De fato, entre o argumento tecnocrático e o político há um grande terreno que põe em relevo a variedade de circunstâncias históricas que operam em convergência na ideia de estimular estados de consciência social e produzir respostas para superar a brecha tecnológica e a dependência política e cultural. Um dos registros -e não dos menos importantes- é o dos estudos de pós-graduação para formar pesquisadores, docentes e profissionais do mais alto nível, que estejam em condições de reconhecer a natureza e peculiaridade dos nossos problemas e estejam motivados para estudá-los e superá-los (Graciarena, 1973: 9).

A falta de opções de formação de pós-graduação no campo das ciências sociais comprometia a possibilidade de gerar um pensamento social crítico e referenciado nas necessidades e especificidades latino-americanas. A ausência de uma oferta institucional deixava assim, um espaço vazio que era suprido por opções de formação superior fora da região. Fator que não só retardava o desenvolvimento acadêmico na América Latina e o Caribe, mas também contribuía para formar pesquisadores pouco conhecedores ou interessados na formulação de respostas aos problemas e demandas de nossas sociedades. A preocupação pelos efeitos produzidos por uma visão colonial, de influência norte-americana ou eurocentrista no campo das ciências sociais, conduzia à necessidade de pensar formas alternativas e efetivas de formação de pós-graduação que pudessem contribuir com o desenvolvimento de uma nova geração de pesquisadores sociais latino-americanos e caribenhos, genuinamente envolvidos e preocupados com as problemáticas regionais e capazes de gerar um pensamento autônomo e independente.

O informe de Graciarena referia-se também à tensão que se observava entre três tipos diferentes de orientações das pós-graduações no mundo: profissionalizante, docente e acadêmica ou de pesquisa. Assinalava que, no contexto latino-americano da época, as pós-graduações acadêmicas deveriam potencializar-se, levando em consideração que a atividade universitária tinha se orientado para a profissionalização e se desvinculado notoriamente da pesquisa científica. Figurava também a necessidade de pensar a complexidade de articular a capacidade de pesquisa com a capacidade docente dos quadros universitários, que atuavam nas ciências sociais. A formação de pós-graduação, portanto, devia não apenas gerar melhores condições para o exercício das atividades de pesquisa, mas, também das atividades docentes nas instituições acadêmicas da região. Formar um quadro de pesquisadores rigorosos e de excelência, que pudessem exercer funções docentes com adequada preparação disciplinar e pedagógica, era um dos principais desafios identificados pelos Grupos do Clacso e Graciarena.

Do mesmo modo, se reconhecia que a necessidade de se contar com recursos constituía outro dos aspectos críticos para a promoção de um sistema inovador de pós-graduação. Condições institucionais e econômicas para o apoio a professores, pesquisadores, bolsas de pesquisa, bibliotecas, equipamentos, recursos para pesquisa, etc, eram considerados indispensáveis e urgentes. Por sua parte, Graciarena chamará a atenção sobre um tema que identificava como particularmente importante na nossa região: a dedicação de professores e pesquisadores. Frente à expansão da inserção profissional privada dos graduados em ciências sociais, levantava a questão de que era necessário que os professores e pesquisadores tivessem dedicação exclusiva ao trabalho de pesquisa e docência, o que permitiria a criação de uma profissão acadêmica, que era entendida como estratégica e de fundamental importância para aquela conjuntura.

A mobilidade acadêmica e a fuga de cérebros era outra das preocupações centrais do informe de Graciarena e dos Grupos de Trabalho mencionados. A oferta limitada de pós-graduações em ciências sociais tinha como correlato a emigração de muitos cientistas sociais que, em um nível significativo, costumavam ser os melhores estudantes, docentes e pesquisadores da região. O informe de Graciarena referia-se ao problema conhecido como *brain drain*, tema que já era abordado de forma crescente em diversos estudos feitos dentro e fora de América Latina. Porém, o informe não chamava somente a atenção sobre a importante e preocupante proporção de intelectuais que emigravam para cursar estudos de pós-graduação e não voltavam. Tratava, também, de outro conjunto de cientistas, que viajava ao exterior pelos mesmos motivos e que regressava logo após ter estudado e trabalhado num país europeu ou nos Estados Unidos. Nestes casos, frequentemente, ocorriam outros problemas, como a dificuldade para estes pesquisadores se reinserirem em instituições da região e recuperarem uma perspectiva local.

Como já mencionamos, uma das questões que atravessavam os estudos realizados pelo Clacso no final dos anos 1960 era a preocupação pelo colonialismo cultural e acadêmico no campo das ciências sociais. Esta preocupação, no momento de pensar em aspectos importantes para o desenvolvimento de propostas para pós-graduações, traduzia-se na formulação dos problemas que requeriam especial atenção: os problemas de conteúdo, que tratavam da necessidade de que os conteúdos de formação e pesquisa das pós-graduações fossem definidos nacionalmente; e o problema da formação de sujeitos comprometidos com a realidade local e regional, que devia constituir o principal propósito das pós-graduações em ciências sociais. Graciarena afirma em seu trabalho:

A nacionalização da formação de pós-graduação tem que ser mais do que um traslado da localização de ditos estudos: deve supor essencialmente um novo espírito assentado fundamentalmente em um forte sentido de responsabilidade nacional e com uma clara consciência da necessidade de superar as limitações do subdesenvolvimento. Tudo isso deve ser mais do que retórica enfática; esta consciência da necessidade deve estar incorporada ao que fazer diário do investigador, que deve ter isto em mente quando toma suas decisões mais importantes, quando escolhe seus problemas de investigação, seleciona seus métodos e instrumentos e dá a conhecer os seus resultados (1973: 25).

Os estudos referidos dão conta de quais eram as questões do momento em relação às pós-graduações. Evidentemente, ao final da década de 1960 e início dos anos 1970, existia um debate profundo sobre a necessidade de estimular a conformação ou a expansão dos sistemas de pós-graduação em ciências sociais na América Latina. Porém, estes estudos sugeriram em um contexto complexo e adverso, no qual aconteciam golpes de Estado, governos autoritários e guerras civis. As possibilidades de continuar nessa linha de trabalho foram obstruídas, os problemas identificados aprofundados e as probabilidades de que começassem a se formar Mestrados e Doutorados críticos e rigorosos em ciências sociais se reduziram praticamente a zero em boa parte da região.

Neste contexto a perda de pesquisadores, produto dos exílios forçados e de brutais assassinatos ou desaparecimentos, alcançou uma magnitude de grandes proporções na região. Como não poderia ser de outra forma, a perda dos quadros intelectuais foi somada ao bloqueio de qualquer possibilidade de desenvolvimento de linhas acadêmicas críticas e questionadoras da realidade social latino-americana. Menor ainda era qualquer possibilidade de um pensamento crítico anticolonial e independente. O retrocesso em relação à perspectiva proposta por Graciarena no seu informe era total: teria-se perdido pesquisadores, conhecimentos, perspectivas analíticas e destruído as condições institucionais para um sistema de pós-graduação inovador e imbricado nas questões importantes da agenda latino-americana. Esta situação condicionou severamente o desenvolvimento das pós-graduações em toda a região durante as décadas seguintes, impactando nas duas gerações de acadêmicos que sofreram esta situação de maneira direta; os que perderam o trabalho ou a vida; os que começavam sua formação e tiveram que fazer isto em épocas de obscurantismo, de maneira precária ou deficiente.

Assim, o problema da emigração acadêmica ganhou uma nova dimensão com o afastamento forçado de numerosos pesquisadores e professores, muitos dos quais não regressaram a seus países de origem, logo após a queda dos regimes ditatoriais. A pesquisa em ciências sociais ficou prejudicada nesses anos.

Com o final das ditaduras, a possibilidade de ascender a estudos de pós-graduação virou assunto central para aqueles que tinham cursado sua graduação em tempos de esvaziamento das universidades e das ciências sociais. Fortalecer a sua formação disciplinar e metodológica em pesquisa era primordial. Desde então, a oferta e a matrícula das pós-graduações em ciências sociais têm crescido de maneira significativa. Porém, esta expansão aconteceu, como já foi dito, num contexto de profunda fragmentação e diferenciação institucional, de privatização e mercantilização, identificados pelo domínio de governos neoliberais que têm comandado durante as últimas duas décadas.

As Pós-graduações latino-americanas em ciências sociais nas últimas décadas

Quarenta anos depois, mesmo que as pós-graduações em ciências sociais tenham se expandido de forma significativa em quase todo o continente, os desafios e as preocupações que apresentavam o informe de Jorge Graciarena continuam vigentes.

1 - Financiamento e desigualdade

Hoje, não só o financiamento continua um problema sério em muitos dos nossos países, mas a situação tem se agravado nas três últimas décadas de políticas neoliberais que, sob a premissa de ampliar o mercado e tornar mais eficiente o setor público, não fizeram mais do que restringir as políticas sociais, tirar o financiamento da educação e debilitar os sistemas nacionais de pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia.

A partir de 2004, essa tendência começou a ser revertida e em vários países da região têm se incrementado os recursos orientados para o setor. Mesmo assim, a situação ainda é distante do ideal. Para o ano de 2007, somente o Brasil contava com um investimento em P&D que alcançava 1% do PIB; todos os outros países de América Latina e o Caribe estavam abaixo do índice de 0,7%. Por sua vez, a crise mundial recente abriu novas interrogações a respeito da possibilidade de que essa tendência de crescimento do investimento em I+D possa ser sustentável de forma progressiva ou se, pelo contrário, irá se reverter.

De acordo com os dados apresentados no El estado de la Ciencia 2009 (REDES/RICYT, 2009), no ano de 2007, o investimento em P&D da América Latina e o Caribe constituía 2,2% do total mundial. Esta situação resulta ainda mais preocupante quando se analisa o interior da região para este ano, o investimento do Brasil representava 63,5% do investimento regional em P&D, o México concentrava 17,7%, a Argentina 5,8% e o Chile 5,6%. Estes quatro países (que entre eles apresentavam grandes diferenças) concentram 92,6% dos recursos destinados a P&D em toda América Latina e o Caribe, o que deixa evidente uma enorme desigualdade regional.

Se observarmos o investimento por habitante em P&D, as desigualdades continuam sendo marcadas:

Investimento em P&D* por habitante em US\$ (PPC**) - Ano 2007	
Argentina	67,55
Brasil	107,02
Colômbia	11,70
Costa Rica	34,65
Equador	10,98
Guatemala	2,71
Panamá	20,83
El Salvador	4,90
Trindade e Tobago	14,22
Uruguai	49,68

Fonte: elaboração própria a partir de informação obtida no portal d a Ricyt. Só se incorporou aqueles países dos quais se contava a informação.

* P&D: Pesquisa + Desenvolvimento

** PPC: Paridade do Poder Compra

O Brasil investe em P&D por habitante, 58,4% mais que o país que o segue, a Argentina (não se dispõe de dados do México) e 115% mais que o terceiro, o Uruguai.

Quando se compara estes investimentos com os países do norte deste mesmo continente, a desigualdade se torna abismal:

Investimento em P&D* por habitante em US\$ (PPC**) - Ano 2007	
Canadá	673,51
Estados Unidos	1.220,40

Fonte: elaboração própria a partir de informação obtida do portal da Ricyt.

* P&D: Pesquisa + Desenvolvimento

** PPC: Paridade do Poder Compra

2 - Pós-Graduações, colonialismo e imposição

A falta de recursos se vincula por sua vez, com os modos nos quais as pós-graduações latino-americanas em ciências sociais, seus professores, pesquisadores e estudantes se relacionam com as pós-graduações dos países do Norte e com as agências de cooperação internacional. Na década de 1960, como assinalamos anteriormente, uma das preocupações manifestadas pelo campo intelectual crítico era a influência externa que exercia o colonialismo acadêmico, no pensamento latino-americano. Atualmente, esta preocupação não integra os debates sobre a educação superior e os sistemas de pós-graduação. Porém, deveria readquirir seu caráter preponderante. Longe do necessário diálogo intelectual entre o Norte e o Sul, continuam escassas e muito desiguais as oportunidades de intercâmbio e cooperação acadêmicas inter-regionais. Do mesmo modo, a fuga de cérebros a partir da mobilidade unidirecional de estudantes permanece, como nos anos 1970, um fenômeno de grande importância. Um processo que na atualidade não se explica somente pela falta de oportunidades de formação de pós-graduação na região, mas pelo valor simbólico e material que possuem as creditações oferecidas por certas instituições europeias ou norte-americanas e a possibilidade de se inserir profissionalmente nesses meios acadêmicos.

Como afirma Luchilo (2007), o crescimento da imigração aos países da OCDE de migrantes pertencentes a grupos especialmente relevantes para o desempenho científico e tecnológico dos países receptores, é significativo. As pós-graduações ocupam, em relação a este fenômeno, um lugar único, já que a perda de pessoal altamente qualificado, para muitos países, está mais associada à formação de pós-graduações, do que à formação universitária em geral:

No caso da Argentina, por exemplo, se considera-se como referência o total de graduados de educação superior no exterior, a porcentagem é inferior a 5%. Por outro lado, se comparamos o total de argentinos com diploma de doutor residentes no exterior, com o total de argentinos com diploma de doutor, a porcentagem supera os 30%. O caso colombiano é ainda mais grave, na medida em que os doutores colombianos residentes no exterior são muito mais que os residentes na Colômbia (Luchilo, 2007: 69-70).

Esta emigração começa, em muitos casos, com a mobilidade do estudante para fazer sua pós-graduação num país do Norte. O fluxo de estudantes latino-americanos aos países da OCDE é crescente, tendência que resulta contrastante com a baixa mobilidade dentro da América Latina e o Caribe, em termos comparativos com a primeira.

Quando nos anos 1970 analisava-se o problema do colonialismo, fazia-se referência à mobilidade de estudantes, não só pelo problema da fuga de cérebros, mas também, pelas consequências da formação no exterior e a integração no sistema local dos cientistas, com uma formação estrangeira. Como já foi dito, no caso das ciências sociais, este tema adquire uma particular relevância: essa “formação estrangeira” não somente incide na produção de conhecimento próprio; mas também tem consequências na formação que se brinda às novas gerações, assim como nas formas em que se pensa a realidade sociopolítica local e, portanto, nas perspectivas desde as quais se realizavam diagnósticos e formulavam propostas de política.

A problemática do colonialismo na formação em pós-graduação não se esgota no que foi anteriormente assinalado. Novas dimensões devem ser consideradas nos tempos que correm, com relação à influência das orientações internacionais de política em educação e ciência. Estamos falando das tensões que acontecem entre, a importância do intercâmbio e a articulação no âmbito internacional, e a importância de dar respostas às necessidades e realidades locais, no marco de dinâmicas nas quais muitas vezes se atravessa a linha que separa (ou devia separar) a cooperação, da imposição.

Do mesmo modo, as implicações das regulações internacionais (pactos, acordos, tratados, declarações, planos de ação) nas dinâmicas nacionais, não podem ser desconhecidas. Nesse sentido, devem ser considerados com particular atenção, os tratados de livre comércio, no que se refere à sua regulação sobre o comércio de serviços e sobre as patentes e a propriedade intelectual. Neles, a educação e o conhecimento são entendidos como objetos de comércio, o que desperta grande preocupação em relação à educação superior, por seu lugar estratégico na produção e circulação do conhecimento, e pelo potencial que tem no sentido comercial. Como assinala Didou Aupetit (2005), é necessário realizar uma análise profunda sobre as mudanças que têm se produzido nos anos 1990, dentre os quais destaca-se a influência dos acordos econômicos na esfera da educação superior e da privatização de grandes setores do sistema.

3 - Formação de pós-graduação e pesquisa

As orientações das pós-graduações em ciências sociais é outra das questões que abordava Graciarena no seu trabalho e que continua vigente. Hoje, como naquela época, existiam duas orientações em disputa: uma profissionalizante e outra acadêmica. A tendência à articulação da educação superior com o sistema produtivo tem gerado, nível de mestrado e para as ciências sociais, uma maior ênfase na pós-graduação profissionalizante e, comparativamente, menor desenvolvimento dos acadêmicos. É necessário tornar a colocar em questão o sentido dos mestrados e as características que os mesmos devem assumir, tanto na sua orientação, como na duração e na proposta de formação. Atualmente, encontramos uma grande diversidade de mestrados em ciências sociais de dois semestres de duração, outros de três e alguns de seis. Alguns deles não exigem tese; outros uma tese com os resultados de pesquisa; outros um trabalho monográfico.

Nessa diversidade, um aspecto interessa particularmente: a relação entre a pesquisa e a formação. Se observarmos a efetiva articulação da formação de pós-graduação com a investigação no campo das ciências sociais latino-americanas e caribenhas, encontramos que há uma grande diversidade e uma baixa articulação na maior parte dos países. Para o caso da Rede Clacso de Pós-Graduações em Ciências Sociais, a relação é mais forte no Brasil, onde praticamente a totalidade dos mestrados e doutorados desenvolve linhas de pesquisa

próprias e estruturam seus programas de pós-graduação em íntima vinculação com essas linhas de pesquisa. Na Argentina, pelo contrário, somente 10% dos mestrados e 22% dos doutorados da Rede têm linhas de pesquisa próprias e, geralmente, não há articulação entre a pesquisa e os espaços de formação teórica. No México, encontramos uma situação intermediária, com 60% dos mestrados e 62% dos doutorados com desenvolvimento de pesquisa e/ou articulação das linhas de pesquisa com o currículo escolar. Com algumas exceções, na maior parte do resto dos países, os níveis de articulação da pesquisa e formação são baixos. No total de pós-graduações, observamos que esta articulação existe em 38% dos mestrados e 81% dos doutorados. Estamos frente a um problema de magnitude significativa, particularmente para o caso dos mestrados em geral e, em alguns países, para ambos os níveis de pós-graduação.

4 - Expansão e desigualdade

As questões que temos abordado até aqui, devem ser consideradas no marco da significativa expansão que tem se produzido nos últimos anos no sistema da pós-graduação, tanto na oferta, como na matrícula. Esta expansão resulta assombrosa nas pós-graduações em ciências sociais e humanidades, tal como pode ser observado na taxa de graduados em mestrados e doutorados correspondentes a estes campos de conhecimento, em vários países da região:

Graduados em mestrados e doutorados em ciências sociais e humanidades					
País	Campo	Mestrados		Doutorados	
		1996	2006	1996	2006
Argentina	Ciências Sociais	627	1.280	60	161
	Humanidades	112	51	37	60
	Total	739	1.331	97	221
Brasil	Ciências Sociais	1.128	5.342	188	890
	Humanidades	2.721	7.555	585	2.120
	Total	3.849	12.897	773	3.010
Chile	Ciências Sociais	141	1.684	50	140
	Humanidades	47	168	2	23
	Total	188	1.852	52	163
Colômbia	Ciências Sociais	1.327	877		28
	Humanidades	100	115		1
	Total	1.427	992		29
Costa Rica	Ciências Sociais	187	2.544		101
	Humanidades	11	51		2
	Total	198	2.595		103
Cuba	Ciências Sociais e Humanidades			71	313
Equador	Ciências Sociais		1.566		
	Humanidades		1.639		
	Total		3.205		
Guatemala	Ciências Sociais	89	799		16
	Humanidades	16	12		
	Total	105	811		16
Honduras	Ciências Sociais		331		15
	Humanidades				
	Total		331		15
México	Ciências Sociais	4.505	16.874	236	689
	Humanidades	3.051	8.510	162	821
	Total	7.556	25.384	398	1.510
Paraguai	Ciências Sociais	4	139*		58*
	Humanidades		10*		5*
	Total	4	149*		63*
El Salvador	Ciências Sociais		294		
	Humanidades		1		1
	Total		346		1
Trindade e Tobago	Ciências Sociais	48	200**	1	4
	Humanidades	2	78**	2	1
	Total	50	278**	3	5
Uruguai	Ciências Sociais	6	153	2	
	Humanidades		4	1	2*
	Total	6	157	3	2*
Venezuela	Ciências Sociais		1.167		69
	Humanidades		859		219
	Total		2.026		288
TOTAL		14.358	52.354	1.397	5.739

*Dados correspondentes ao ano anterior

**Dados correspondentes ao ano seguinte.

Fonte: elaboração própria a partir de informação obtida do portal da Ricyt.

Em nível dos mestrados e para o conjunto dos países considerados (que representam uma proporção muito grande em relação ao total da região), o crescimento em 10 anos foi da ordem de 261%. Já para o nível de doutorado, o crescimento foi da ordem de 306%. Trata-se de uma verdadeira explosão dos sistemas de pós-graduação regional.

Porém, as cifras expostas também deixam em evidência que este assombroso crescimento sustenta e inclusive aprofunda as desigualdades existentes no interior da nossa região. Se observarmos os titulados doutores em ciências sociais e humanidades para cada país correspondente ao ano de 2006 e sua distribuição relativa, ficam claras as enormes desigualdades que existem a respeito de pesquisadores formados nestes campos de conhecimento:

Graduados em doutorados em ciências sociais e humanidades - Ano 2006		
País	Quantidade de graduados por país	Quantidade de graduados em relação ao total
Argentina	221	3,85 %
Brasil	3.010	52,45 %
Chile	163	2,84 %
Colômbia	29	0,50 %
Costa Rica	103	1,79 %
Cuba	313	5,45 %
El Salvador	1	0,02 %
Guatemala	16	0,28 %
Honduras	15	0,26 %
México	1.510	26,31 %
Paraguai	63*	1,10 %
Trindade e Tobago	5	0,09 %
Uruguai	2*	0,03 %
Venezuela	288	5,02 %
TOTAL	5.739	100 %

*Dados correspondentes ao ano anterior

Fonte: elaboração própria a partir de informação obtida do portal da Ricyt.

Como pode ser observado no quadro, Brasil e México concentram 79% dos títulos de doutor para o ano correspondente. No outro extremo, encontra-se El Salvador com 0,02%. É necessário considerar que neste quadro não foram incorporados vários países para os quais não se tinha dados, sem poder se distinguir se este fato devia-se à falta de informação ou à ausência de títulos de doutor em ciências sociais e humanidades. Provavelmente, alguns destes países não tiveram titulados nesse ano.

Outro aspecto a ser considerado é a relação entre a quantidade de graduados da pós-graduação e os habitantes, já que isso permite ponderar o número de graduados em função das dimensões populacionais de cada país:

Quantidade de graduados de pós-graduação (mestrados e doutorados) em ciências sociais e humanidades				
Taxa líquida e por milhão de habitantes - Ano 2006				
País	Graduados no mestrado	Graduados de mestrado por milhão de habitantes	Graduados no doutorado	Graduados de doutorado por milhão de habitantes
Argentina	1.331	34,2	221	5,7
Brasil	1.2897	69,0	3.010	16,1
Chile	1.852	112,7	163	9,9
Colômbia	992	22,9	29	0,7
El Salvador	346	51,2	1	0,1
Guatemala	811	62,3	16	1,2
Honduras	331	44,9	15	2,0
México	25.384	242,0	1.510	14,4

Fonte: elaboração própria a partir de informação obtida do portal de RICYT.

Novamente, os dados são eloquentes pelo grau de desigualdade, com dois países - Brasil e México - com 16 e 14 graduados doutores por milhão de habitantes frente aos 5,7 da Argentina, 1,2 da Guatemala ou 0,1 de El Salvador, só para chamar a atenção sobre alguns casos.

Estes dados permitem também apreciar as diferenças nas orientações das pós-graduações, por exemplo, alguns países cresceram relativamente mais os mestrados e em outros, os doutorados. Assim, o Brasil é o país que mais forma doutor por milhão de habitantes, mas, a formação de estudantes em nível de mestrado, fica em quarto lugar. O Chile faz o movimento contrário, pois é o segundo país com mais graduados de mestrado por milhão de habitantes, mas na formação em doutorado, fica em quarto lugar.

5 - Expansão, competição e mercantilização

Em um contexto de redução dos recursos públicos destinados à educação superior e ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, no marco dos recortes orçamentários, das políticas implementadas pelos governos ditatoriais e depois por governos formalmente democráticos comprometidos com programas neoliberais, as pós-graduações, no seu processo de expansão, desenvolveram uma modalidade de funcionamento e desenvolvimento afastada da cooperação e do intercâmbio, e caracterizada por três dinâmicas centrais:

As pós-graduações e as suas comunidades acadêmicas têm desenvolvido fortemente práticas competitivas e de disputa: entre os próprios programas de pós-graduação, pelos recursos, pelos estudantes e até pelos tutores e/ou professores; entre os professores-pesquisadores, por recursos para suas pesquisas, para eventos acadêmicos, etc., e credenciais; entre os estudantes, para ascender a espaços de formação (as próprias pós-graduações ou seminários com alta seletividade, escolas de verão, etc.), para se integrar em equipes de pesquisa e também por recursos, sejam estas bolsas de matrículas, bolsas de manutenção, bolsas de mobilidade, etc.

As pós-graduações têm se transformado, em alguns casos, na fonte de recursos extras em cursos e em faculdades sufocados pela falta de financiamento, formando espaços de privatização com funcionamentos mercantis em universidades públicas.

Com frequência, a abertura de pós-graduações responde mais às necessidades de consolidação de espaços de poder dentro das instituições, que às necessidades de formação dos graduados ou a projetos sociopolíticos educativos.

Esta modalidade de desenvolvimento e funcionamento das pós-graduações inscreve-se, por sua vez, num contexto em que as políticas para educação superior têm se orientado à introdução de lógicas de “eficiência” nos âmbitos acadêmicos, com afã de medição, ranqueamento e associadas à implementação de incentivos à produtividade. Este modelo teve fortes consequências em relação à produção de conhecimento, e muito especialmente com a formação teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

Debates pendentes e desafios futuros

Tudo o que foi dito até aqui tem feito com que as pós-graduações em ciências sociais tenham se desenvolvido desde uma lógica marcadamente individualizada, privatizada, mais parecida com a venda de um serviço, do que a produção de um bem público. Isto, tanto nas práticas aplicadas no interior dos sistemas, como nos olhares que se constroem sobre eles dos setores produtivos, de certos organismos internacionais e de determinadas correntes políticas. O debate em torno às formas de considerar a educação superior e, dentro da mesma, a formação em pós-graduação, tem se visto refletida na recente Conferência Mundial de Educação Superior realizada em 2009, em Paris, onde se apresentaram fortes discussões a respeito de se qualificar a educação superior como um “serviço público” ou como um “bem público”. Foi a postura unificada dos diferentes representantes de organizações e Estados da América Latina a que conseguiu barrar o avanço da tentativa de nomeá-la como “serviço público” (funcional a uma perspectiva mercantil para a educação), para que finalmente na Declaração fosse definida como “bem público” .

Neste contexto, se torna fundamental abrir a discussão sobre as dinâmicas e os processos que têm dado forma aos sistemas de pós-graduação atualmente existentes nos países de nossa região. Para isto, consideramos que resulta imprescindível:

Gerar espaços de encontro, intercâmbio e colaboração entre as pós-graduações no interior de cada país e entre os diferentes países da região.

Propiciar diálogos que permitam uma reflexão crítica sobre os programas de pós-graduação na América Latina hoje, suas características, seus modos de trabalho, suas tutorias, seus propósitos.

Discutir e articular posições comuns em relação às políticas de educação superior, de ciência e tecnologia e de pós-graduação. É imperioso inserir os sistemas de pós-graduações, como tema fundamental da agenda pública.

Nesse contexto, trata-se de reassumir o desafio de construção de uma cultura solidária e colaboradora no âmbito da formação de pós-graduação e da pesquisa acadêmica, e de colocar a pós-graduação como tema crítico de política pública. Um objetivo que há quarenta anos, já se apresentava como inevitável e imperativo.

Referências

- ABOITES, H. (1999) Viento del norte. TLC y privatización de la educación superior en México (Vento do norte, TLC e privatização da educação superior no México). Plaza y Valdes Ed., Casa Abierta al Tiempo, México.
- ABOITES, Hugo (2006) "Tratados de libre comercio, educación y educación superior". En Foro Internacional de la UNESCO "El Nexo entre Políticas y Ciencias Sociales" ('Tratados de livre comércio, educação e educação superior' Em: Fórum Internacional da UNESCO 'O novo nexo entre políticas e ciências sociais'), Buenos Aires, Argentina, 20 - 24 fevereiro de 2006.
- BRUSCHTEIN, Julián (2009) "Mucho más que una mercancía" ('Muito mais que uma mercadoria'). Em: Página 12, seção Universidade, 14 de julho de 2009, Argentina.
- CREALC/UNESCO (1996) Informe del Director del Cresalc. Conferencia Regional sobre Políticas y Estrategias para la Transformación de la Educación Superior en América Latina y el Caribe de La Habana (Informe do Diretor do Cresalc. Conferência Regional sobre Política e estratégias para a Transformação da Educação Superior na América Latina e o Caribe da Havana), dezembro de 1996, Caracas.
- DIDOU AUPETIT, Sylvie (2005) Internacionalización y proveedores externos de educación superior en los países de América Latina y en el Caribe: principales problemáticas (Internacionalização e provedores externos de educação superior nos países da América Latina e o Caribe: principais problemáticas). Departamento de Investigaciones Educativas; Centro de investigación y de Estudios Avanzados (DIE/CINVESTAV), México.
- FELDFEBER, Myriam (2009) "Educación '¿en venta?' Tratados de Libre Comercio y políticas educativas en América Latina" (Educação, pra venda? Tratados de Livre Comércio e políticas educativas na América Latina). Em: Gaudêncio Frigotto, Pablo Gentili, Roberto Leher e Florencia Stubrin (comp.) Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina (Políticas de privatização, espaço público e educação na América Latina), Clacso / Homosapiens Ediciones, Rosario.
- FELDFEBER, Myriam y SAFORCADA, Fernanda (2005) OMC, ALCA y educación. Una discusión sobre ciudadanía, derechos y mercado en el cambio de siglo (OMC, ALCA e educação. Uma discussão sobre cidadania, direitos e mercado na mudança de século). Departamento de Educación, Série Cadernos de Trabalho N° 58, Centro Cultural de la Cooperación, Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, Buenos Aires.
- GENTILI, Pablo y SAFORCADA, Fernanda (2010) "La expansión de los posgrados en ciencias sociales: del anticolonialismo académico al desorden del mercado" ('A expansão das pós-graduações em ciências sociais: do anticolonialismo acadêmico à desordem do mercado'). En Luchilo, Lucas (comp.) Formación de posgrado en América Latina. Políticas de apoyo, resultados e impactos (Formação de pós-graduação na América Latina. Políticas de apoio, resultados e impactos), Eudeba, Buenos Aires.
- GENTILI, P. (2001) Universidades na penumbra. Neoliberalismo e reestruturação universitária. Cortez Editora, Clacso, São Paulo.
- GRACIARENA, Jorge (1974) "La formación de postgrado en Ciencias Sociales en América Latina". En Clacso Bases para un programa latinoamericano de estudios de postgrado en Ciencias Sociales. Informe de la secretaría Ejecutiva. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales ('A formação de pós-graduação em Ciências Sociais na América Latina'. Em: Clacso Bases para um programa latino-americano de estudos de pós-graduação em ciências sociais. Informe da secretaria executiva, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais), Buenos Aires, Argentina.

- IESALC (2009) Entrevista a Rafael Guarga (AUGM). Em: Boletim IESALC Informa N° 196, Caracas.
- LEHER, Roberto (2009) “Estrategias de mercantilización de la educación y tiempos desiguales de los tratados de libre comercio: el caso de Brasil” (‘Estratégias de mercantilização da educação e tempos desiguais dos tratados de livre comércio: O caso do Brasil’. Em Gaudêncio Frigotto, Pablo Gentili, Roberto Leher y Florencia Stubrin [comp.] Políticas de privatização, espaço público e educação na América Latina). Em: Gaudêncio Frigotto, Pablo Gentili, Roberto Leher e Florencia Stubrin (comp.) Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina. Clacso / Homosapiens Ediciones, Rosario.
- LUCHILO, Lucas (comp.) (2010) Formación de posgrado en América Latina. Políticas de apoyo, resultados e impactos (Formação de pós-graduação na América Latina. Políticas de apoio, resultados e impactos), Eudeba, Buenos Aires.
- LUCHILO, Lucas (2007) “Migraciones de científicos e ingenieros latinoamericanos: fuga de cerebros, exilio y globalización” (Migrações de cientistas e engenheiros latino-americanos: fuga de cérebros, exílio e globalização). Em: Jesús Sebastián (ed.) Claves del desarrollo científico y tecnológico de América Latina (Chaves do desenvolvimento científico e tecnológico da América Latina). Fundación Carolina e Siglo XXI, Madrid, Espanha.
- REDES/RICYT (2009) El Estado de la Ciencia 2009. Principales Indicadores de Ciencia y Tecnología Iberoamericanos / Interamericanos (O estado da ciência 2009. Principais Indicadores de Ciência e Tecnologia Iberoamericanos / Interamericanos) Redes, Red Iberoamericana de Indicadores de Ciencia y Tecnología (Ricyt) y Observatorio Iberoamericano de Ciencia, Tecnología e Innovación, CAEU/OEI.
- Red Iberoamericana de Indicadores de Ciencia y Tecnología (Ricyt). Portal de Ricyt: <http://ricyt.org.elsevier.com/>. Acesso em julho de 2010.
- RODRÍGUEZ GÓMEZ, Roberto (2004) “La educación superior transnacional en México: el caso Sylvan-Universidad del Valle de México” (‘A educação superior transnacional em México: o caso Sylvan-Universidade do Vale do México’). Em: Educación y Sociedad, vol. 25, n. 88, especial - Out. 2004, Campinas.
- SAFORCADA, Fernanda (2009) “Alambrando el bien común: conocimiento, educación y derechos sociales en los procesos de privatización y mercantilización de las últimas décadas” (Semeando o bem comum: conhecimento, educação e direitos sociais nos processos de privatização e mercantilização das últimas décadas’). Em: Gaudêncio Frigotto, Pablo Gentili, Roberto Leher e Florencia Stubrin (comp.) Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina. Clacso / Homosapiens Ediciones, Rosario.
- VERGER, A. (2006) “La liberalización educativa en el marco del AGCS/GATS: Analizando el estado actual de las negociaciones” (A liberalização educativa no marco do AGCS/GATS: Analisando o estado atual das negociações). Em: Archivos Analíticos de Políticas Educativas, Vol 14, N° 9. Arizona State University / University of South Florida. Recuperado em março de 2006 em <http://epaa.asu.edu/epaa/>

Notas

Notas Bibliográficas em Português, entre parênteses - feitas pelo tradutor desta obra.

- ¹ O presente trabalho constitui uma versão ampla e corrigida do artigo Gentili, P. e Saforcada, F. “A expansão das pós-graduações em ciências sociais; do anticolonialismo acadêmico à desordem do mercado”, publicado em Luchilo, Lucas (comp.) *“Formación de posgrado en América Latina. Políticas de apoyo, resultados e impactos* (Buenos Aires, Eudeba, 2010).
- ^{*} Secretário Executivo Adjunto do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clasco). Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas (LPP), Brasil.
- ^{**} Coordenadora da Rede Clasco de Pós-graduações em Ciências Sociais. Docente e pesquisadora da Universidade de Buenos Aires, Argentina.
- ² Considerando-se o total de instituições de educação superior (não somente as universidades), esta expansão significou; para a região, passar de 75 instituições em 1950 a 6.000 em 1994 (Cresalc/Unesco, 1996).
- ³ Este texto é produto de um trabalho de estudo e reflexão sobre as pós-graduações em ciências sociais na América Latina e o Caribe que temos feito no marco da Rede Clasco de Pós-graduações em Ciências Sociais, uma proposta de articulação e cooperação acadêmica dentre mais de 580 mestrados e doutorados de 25 países ibero-americanos, desenvolvida pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clasco) em associação com outras agências de cooperação, iniciada em 2007.
- ⁴ No marco do programa Latino-americano de Estudos de Pós-graduação em Ciências Sociais, no princípio do ano de 1971, o Clasco criou cinco Grupos de Trabalho, em diferentes cidades-sede: México, Santiago de Chile, Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires.
- ⁵ Informação da Rede de Indicadores de Ciência e Tecnologia Ibero-americana e Interamericana (Ricyt), disponível em <http://ricyt.org.elsevier.com>. Acesso em julho de 2010.
- ⁶ Em dólares PPC (Paridade do Poder de Compra) representava 3%.
- ⁷ Devem ser considerados, em primeiro lugar, os marcos regulatórios que integram a Organização Mundial do Comércio (OMC), nesta matéria. Referimos-nos ao Acordo Geral de Comércio de Serviços (AGCS ou GATS por suas siglas em inglês) e ao Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (ADPIC ou TRIPS em inglês). Também devem ser tomados em consideração, os diferentes tratados de livre comércio regionais e bilaterais assinados ao longo dos últimos 15 anos. Muitos têm pesquisado este tema, entre eles: Hugo Aboites, Roberto Rodriguez Gomez e Antoni Verger. Ver, dentre os muitos outros trabalhos: Aboites (1999 e 2006); Didou Aupetit (2005); Feldfeber (2009); Feldfeber e Saforcada (2005); Gentili; (2001); Leher (2009); Rodriguez Gomez (2004); Saforcada (2009) e Verger (2006).
- ⁸ Ver entrevista a Rafael Guarga, Secretário Geral da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (IESALC, 2009) e notícia do jornal argentino *Página 12*, “Muito mais que uma mercadoria” (2009).

